

- _____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- ROTHBERG, M. *Traumatic realism: the demands of holocaust representation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- SHERMER, M.; GROBMAN, A. *Who says the holocaust never happened and why do they say it?*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- SILVA, H. R. da. A história como 'representação do passado': a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações. contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 81-99.
- TORRE, A. Antropologia sociale e ricerca storica. In: ROSSI, P. (Org.) *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*. Milano: Il Saggiatore, 1987.
- _____. Percorsi della pratica 1966-1995. *Quaderni Storici*, 90, a. XXX (3), dicembre 1995, p. 799-829.
- VIDAL-NACQUET, P. *Os assassinos da memória: 'Um Eichman de papel' e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.
- _____. Storici e discontinuà. *Quaderni Storici*, 100, a. XXXIV(1), aprile 1999, p. 65-88.
- WHITE, H. Historical emplotment and the problem of truth, In: FRIEDLANDER, S. (Ed.). *Probing the limits of representation: nazism and the 'Final Solution'*. Cambridge: Harvard University Press, 1992a, p. 37-53.
- WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992b.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

INCONSCIENTE E CULTURA: UMA VISÃO COMPARATIVA ENTRE FREUD E LÉVI-STRAUSS

Mauro Vianna Barreto
Departamento de Antropologia/UFGA

Não há dúvida de que o ser humano é um animal dotado de alto nível de inteligência e raciocínio, o que o torna um ser cultural capaz de elaborar códigos simbólicos e construir sistemas sociais complexos que evoluem de múltiplas formas históricas. Constata-se também que os diversos povos do mundo desenvolveram distintas formas de adaptação cultural, originando os mais variados tipos de costumes, crenças e tradições. Mas nem tudo no homem é obra da cultura, sua dimensão corpórea é produto da biologia, ou seja, de uma herança genética multimilenar que imprime sua marca na natureza psicossomática humana. A admissão de ser um animal cultural não anula o fato de que no homem a própria cultura é uma derivação da natureza, pois depende de um órgão material anatômico: o cérebro. Donde se levanta a velha pergunta: que papel exerce o aparato biológico – inato, hereditário e natural – na elaboração da cultura?

Vemos que se por um lado são inegáveis as diferenças culturais entre os diversos povos do planeta, também saltam aos olhos as convergências e semelhanças: as sociedades humanas apresentam similaridades transculturais e traços comportamentais universais. Como se explicaria isso? Para a psicologia e a antropologia a resposta a essa questão estaria na estrutura mental humana, que, por ser igual em todos os homens, funcionaria também do mesmo modo em todos os indivíduos e, portanto, seria universal, o que implica dizer que a humanidade possui uma *unidade psíquica*. A partir desse postulado levanta-se não somente a questão da relação entre natureza e cultura, mas também, e mais relevantemente ainda, a questão entre cultura e um componente básico da estrutura psíquica da personalidade humana: o *inconsciente*. Neste caso então devemos considerar como dois grandes autores, um psiquiatra e um antropólogo, vêem o papel do inconsciente na organização da sociedade humana e na elaboração cultural.

Iniciemos pelo médico austríaco Sigmund Freud (1856-1939). A descoberta do inconsciente dinâmico por Freud constituiu uma das maiores revoluções no campo do estudo da personalidade humana. É bem verdade que a filosofia, muito antes da antropologia e da psicologia, já fazia do homem seu objeto de estudo e se perguntava sobre sua natureza e essência; tanto que Sócrates dizia que o objetivo da filosofia era o autoconhecimento pessoal: “conhece-te a ti mesmo”, era o seu lema. Seu discípulo Platão acreditava na absoluta liberdade do homem e sustentava que a principal característica ontológica dos seres humanos era a racionalidade, ponto de vista compartilhado por outros grandes filósofos como Aristóteles, Descartes, Locke, Kant e Hegel. De um modo ou de outro, para esses pensadores, o homem seria capaz de traçar seu próprio destino através do uso disciplinado da razão.

No entanto, Freud, ao demonstrar a existência de um inconsciente poderoso, revelou que a consciência é a menor e a mais fraca parte de nossa vida psíquica. Ele via o inconsciente como o conjunto dos fenômenos psíquicos provisórios ou definitivamente inacessíveis à consciência, acreditando, entretanto, que as emoções e os sentimentos que nele se acham ocultos têm um papel ativo no comportamento consciente, ou seja, o inconsciente freudiano encerra o mundo oculto das pulsões e desejos instintivos que se encontram na base de todos os comportamentos humanos. O inconsciente, por ser dotado de um dinamismo próprio, age à revelia do indivíduo, sem levar em consideração o pensamento consciente. Por isso não dirigimos nossa vida mental como queremos ou imaginamos, somos mais efeito dela do que causa consciente. Mas a admissão da existência de um pensamento e de uma vontade inconscientes levou à inevitável conclusão de que o homem não dispõe completamente de seu próprio destino; não é definitivamente senhor de si mesmo, pelo contrário, é involuntariamente dominado em sua vida cotidiana por instintos inconscientes dos quais não tem a mínima noção. Aquilo que o homem tinha considerado uma verdade inquestionável durante séculos, isto é, a certeza de controlar seu próprio eu, não passava de mera ilusão. Sendo assim, a descoberta de uma instância inconsciente na estrutura do indivíduo foi um duro golpe para o orgulho humano. Outrossim, Freud vai demonstrar não apenas a existência do inconsciente, mas que a vida psíquica, em sua essência, depende e é determinada por ele (HERRMANN, 1992).

Mas antes de compreender o papel do inconsciente na organização sociocultural é necessário primeiro analisar como Freud concebia a *estrutura da personalidade humana*. Para ele a vida psíquica é composta de três instâncias: o *id*, o *ego* e o *superego*. Vejamos cada uma delas:

a) O *id* ou *infra-ego* é o substrato inconsciente de onde provém toda energia psíquica primária ligada aos impulsos orgânicos e desejos libidinais, isto é, as pulsões instintivas de natureza sexual. É a instância original e hereditária da psique; quando nascemos somos puro *id*. Os instintos básicos são de dois tipos: de vida (autopreservação, sexo e fome), e morte (agressão). Como é movido por emoções puramente biológicas e moralmente neutras, o *id* é regido pelo princípio do prazer, por isso busca incessantemente a satisfação de todos os desejos que lhe ocorrem. Todavia, a vida civilizada só pode desenvolver-se se esses dois impulsos congênitos da psique humana – a sexualidade e a agressividade – forem controlados por severos condicionamentos sociais.

b) Oposto ao princípio do prazer se encontra o de realidade, isto é, o *ego*, que nada mais é que o nosso ‘eu’, a parte consciente da mente, aquela que lida com a realidade e o ambiente, por isso mesmo obedece ao princípio da realidade. É a nossa capacidade cognitiva de pensar e avaliar conhecimentos e dar sentido às coisas, acontecimentos e situações. No entanto, *ego* também tem acesso ao pré-consciente ou subconsciente, aquela parte da memória acessível à lembrança.

c) Em parte consciente e em parte inconsciente, o *superego* age como juiz e censor do *ego*, é a nossa consciência moral. Sua função consiste “em manter a vigilância sobre as ações e as intenções do *ego* e julgá-las, exercendo sua censura. O sentimento de culpa, a severidade do *superego*, é, portanto, o mesmo que a severidade da consciência” (FREUD, 1997, p. 100). Mas para que ele funcione a contento, deve contar com a introjeção dos valores e normas morais da sociedade transmitidos pelos pais através da endoculturação. Daí porque se pode dizer que “o *superego* é a sociedade dentro de nós” (ESTEVAM, 1995, p. 20). Com a formação do *superego*, surge o autocontrole individual. Este mecanismo repressor pode, se superdimensionado, ser a causa de graves enfermidades psíquicas no indivíduo, inviabilizando qualitativamente sua vida. Neste diagrama ilustram-se os níveis de consciência de cada um desses estratos mentais:

INCONSCIENTE	PRÉ-CONSCIENTE	CONSCIENTE
Id →		
	Ego →	
Superego →		

Como essas três instâncias relacionam-se na vida cotidiana? Como vimos, toda atividade do inconsciente é direcionada para a constante busca do prazer e fuga do sofrimento, que, segundo Freud, é o objetivo final de todo conjunto da atividade psíquica. Mas se é verdade que o princípio do prazer é a principal força motriz de toda a vida humana, por outro lado, devido às limitações constitutivas internas do próprio indivíduo (psicossomáticas) e a pressão das forças externas (físicas e socioculturais), tem poucas chances de ser plenamente realizado: “o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. [...] [mas] todas as normas do universo são-lhe contrárias. Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja ‘feliz’ não se acha incluída no plano da ‘Criação’” (FREUD, 1997, p. 24). Isto porque, como Freud elucida em seu livro *O Mal-Estar na Civilização*, a plena felicidade é impossível de ser alcançada pelo homem em decorrência de uma tríplice limitação de sua condição: a primeira decorrente de nossa própria finitude (mortalidade), a segunda devido a nossa vulnerabilidade às poderosas e contingentes forças destruidoras do mundo externo e, finalmente, em virtude do sofrimento experimentado pelo relacionamento com outros seres humanos, este último o mais doloroso de todos¹. Vimos também que todos vivemos em função dos ditames do inconsciente e de nossos impulsos instintivos, já que nossos atos são realizações inconscientes de motivações libidinais que desconhecemos. Por isso que num indivíduo adulto maduro, o ego tem a dupla e árdua missão de satisfazer ao id sem desafiar a consciência moral do superego, ou seja, recalcar (censurando) as imperiosas exigências do id e, ao mesmo tempo, limitar o poder tirânico do superego. Estamos então irremediavelmente divididos entre o princípio do prazer, que não conhece limites, e o princípio de realidade, que necessariamente nos impõe limites:

O ego, diz Freud, é ‘um pobre coitado’, espremido entre três escravidões: os desejos insaciáveis do id, a severidade

repressiva do superego e os perigos do mundo exterior. Por esse motivo, a forma fundamental da existência para o ego é a *angústia*. Se se submeter ao id, torna-se imoral e destrutivo; se se submeter ao superego, enlouquece de desespero, pois viverá numa insatisfação insuportável; se não se submeter à realidade do mundo, será destruído por ele. Cabe ao ego encontrar caminhos para a angústia existencial (CHAUI, 1999, p. 168).

Diante da pressão simultânea dessas forças psíquicas, o ser humano se vê obrigado a ajustar-se à situação imposta pela realidade, tendo que moderar suas expectativas domesticando o princípio do prazer, sujeitando-o tanto quanto possível ao princípio de realidade, um desafio que perpassa o indivíduo ao longo de toda sua existência porque nossa psique está em eterno conflito ante os desejos e censuras inconscientes. Deixando de lado as neuroses e psicoses que eventualmente brotam dessa peleja psíquica, retornemos ao nosso assunto perguntando que função então teria esse mecanismo de controle psíquico para a estruturação social?

Como vimos, a sexualidade libidinal e a agressividade são os dois impulsos que movem o ser humano em sua incessante vontade de realizar os ditames do princípio do prazer, contudo, ele jamais os poderá realizar efetivamente porque a cultura e a organização social só são possíveis exatamente graças às restrições reguladoras sobre esses impulsos. Dessa forma, para viver em sociedade o homem precisa controlar e regular seus desejos e paixões, adiando-os ou reprimindo-os, pois sem isso seria inviável a organização social estruturada e viveríamos apenas para o presente “procurando simultaneamente a satisfação de todos os desejos, o que é impossível, e num egoísmo feroz” (HAAR, 1999, p. 22). Se fosse assim não diferiríamos muito das outras sociedades de primatas. Conseqüentemente, a conduta humana é uma espécie de meio termo – de equilíbrio mais ou menos tenso – entre os interesses egoístas do indivíduo e as exigências da sociedade. O que coloca o ser humano diante de um eterno dilema existencial: embora não possa viver de acordo com o programa do princípio do prazer, ele não pode abandonar os esforços de realizá-lo, pois a busca de satisfação dos desejos é o que lhe dá motivação para continuar a viver, embora ele sempre vá se encontrar cerceado diante das inevitáveis normas socioculturais.

A função do superego é, então, o recalçamento dos instintos que a sociedade e a cultura impõem ao id, impedido-o de externar plenamente seus desejos: “Nosso ego é o nosso infra-ego [id] disciplinado, melhorado, educado, civilizado, graças à ação do nosso superego” (ESTEVAM, 1995, p. 21). É aí que ocorre o que Freud chama de *sublimação*. Explicamos o que vem a ser isto. Como a libido não pode se manifestar explicitamente, ela é então desviada para outras atividades: as realizações culturais, artísticas, políticas e científicas, pois para Freud há libido subjacente investida em todos os atos psíquicos. Em outras palavras, os fins mais elevados da humanidade derivam de instintos sexuais sublimados: “é ela [a sublimação] que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada” (FREUD, 1997, p. 52). Portanto, graças à sublimação das pulsões que é possível o desenvolvimento cultural humano, pois a regulamentação da conduta coletiva pelas regras sociais – inibindo as pulsões inconscientes – permite a estruturação da vida social, que está fundamentada em sua capacidade de impor restrições à liberdade individual. O que significa dizer que sem a repressão ou recalçamento do id não existiria um ordenamento mínimo para o funcionamento da vida social, isto é, não haveria sociedade organizada ou civilização.

Por conseguinte, ao identificar as origens do desenvolvimento sociocultural humano nas restrições às liberdades individuais e, principalmente, na restrição dos impulsos sexuais, a sexualidade passa a ter importância fundamental no pensamento social de Freud. Assim, considera o tabu do incesto como a primeira lei estabelecida entre os homens, demarcando a passagem para a vida em civilização. Portanto, a primeira restrição que a cultura impõem e sobre a qual se funda, é uma restrição sobre a sexualidade humana. Todavia, ao mesmo tempo, essas regras e restrições constituem uma fonte social de sofrimento, criando uma permanente fonte de tensão na sociedade. Isto porque as restrições socioculturais, em termos psíquicos, são um enorme sacrifício imposto ao ser humano, uma vez que vão de encontro ao princípio que move e impulsiona este para a vida, o princípio do prazer, daí se explicando porque é tão difícil ser feliz na civilização (FREUD, 1997). Donde Freud conclui que a cultura só é possível porque dispomos de um ‘eu’ consciente que,

devido ao seu senso de realidade, consegue controlar de forma mais ou menos precária os imperiosos desejos inconscientes de id, direcionando-os para outras atividades construtivas, no caso, as diversas dimensões da produção cultural.

Todavia, o que vimos até agora foi a relação inconsciente/cultura sob a perspectiva da psicanálise. E como seria a da antropologia? Para o eminente antropólogo estruturalista francês Claude Lévi-Strauss (1908), cultura é um conjunto de elementos simbólicos que se inter-relacionam logicamente para formar um sistema total, ou seja, *uma realidade estruturada*, por isso toda percepção humana da realidade – quer seja explicada por modelos culturais conscientes quer por modelos inconscientes – é formalmente estruturada, sendo esta capacidade mental uma propriedade fundamental do espírito humano, ainda que inconsciente. Mas de que maneira isso ocorre? Antes de continuar, é preciso esclarecer como o ser humano capta a realidade circundante através dos sentidos. Lévi-Strauss (1975) afirma que os fenômenos do mundo exterior são apreendidos pelos sentidos, mas ordenados e interpretados pelo cérebro, que segmenta e classifica a realidade espaço-temporal em um sem-número de coisas separadas. O mesmo acontece no nível da cultura. Os produtos da elaboração cultural das sociedades humanas são segmentados em categorias e/ou ordenados binariamente em pares de opostos de maneira semelhante às relações existentes na natureza. A maneira como isso se processa revela a própria estrutura do pensamento humano, que organiza de modo universal e necessário os dados da experiência. Explicamos como, para o autor, isto acontece:

a) Na classificação do mundo através de categorias, por exemplo, o ser humano segmenta o espectro de cores contínuo da natureza e os isola em cores separadas dando-lhes nomes e significados simbólicos, como no caso dos sinais de trânsito representando uma oposição binária: o verde significando *siga* e o vermelho *pare* , contudo o cérebro ainda pode voltar ao espectro original de cores e perceber o amarelo como um segmento intermediário entre o verde e o vermelho, sendo por isso mesmo escolhido para significar *atenção* . Conseqüentemente, o produto cultural final – a simbologia das três cores do trânsito – é uma imitação simplificada do espectro de cores naturais do modo como é apreendido pelo cérebro.

b) A natureza é ordenada através de uma lógica binária, ou dualismo estrutural, que consiste em dividir (ordenar) o mundo, os seres e as coisas em metades ou dicotomias qualitativamente heterogêneas, ao mesmo tempo associadas e opostas. Isto quer dizer que o cérebro representa o mundo de forma bipartida ou polarizada: bom e mau, justo e injusto, permitido e proscrito, certo e errado, quente e frio, cru e cozido, luz e trevas, claro e escuro, seco e molhado, doce e amargo, alto e baixo, direita e esquerda, macho e fêmea, humano e não humano, forte e fraco, positivo e negativo, grande e pequeno, longe e perto, pesado e leve, duro e mole, novo e velho, superior e inferior, dia e noite, terra e céu, terra firme e mar, vida e morte, inferno e paraíso, norte e sul, primogênito e caçula, preto e branco, sagrado e profano, puro e impuro etc.

A maneira como a mente arruma e dispõe essas percepções deriva-se de uma estrutura inerente de nosso cérebro, que é um órgão ativo capaz de transformar as sensações e dados caóticos da experiência em unidades ordenadas de pensamento. Desse modo, observando como os homens apreendem a natureza e como constroem suas classificações e categorias da realidade a partir dessa apreensão, podemos inferir elementos importantes sobre os mecanismos do pensamento. Como o psiquismo e as propriedades lógicas do cérebro humano são funcionalmente iguais em todos os homens, elas trabalharão fundamentalmente do mesmo modo. Inspirando-se em Freud, Lévi-Strauss considera o ego consciente como a parte cultural do ser humano e o id inconsciente como o substrato natural. Por conseguinte, da mesma maneira que Freud, nosso antropólogo está preocupado com a natureza inconsciente dos fenômenos coletivos humanos e em determinar os princípios intelectuais e mentais universais que fundamentam e regem o pensamento do homem e, conseqüentemente, o seu comportamento (LEACH, 1973).

Assim, de acordo com Lévi-Strauss, o mundo só tem ordem porque é o próprio pensamento que o organiza, sendo ele o princípio que permite a classificação da experiência e a ordenação da realidade de forma estruturada, base de toda vida cultural. E é justamente através desse processo psíquico que a natureza é transformada em cultura pela mente. Existe então, uma racionalidade básica subjacente a todos os fenômenos humanos, já que a cultura é uma espécie de gramática que ordena o

desordenado, organiza o caos e dá significado ao que não tem sentido. Mas a cultura, por ser um produto da atividade cerebral, deriva-se da natureza, por isso a estruturação sintática do mundo que ela realiza é baseada nas leis fundamentais que o espírito inconsciente herdou da natureza. Haveria assim uma *estrutura inconsciente do espírito humano* que fundamentaria a vida social e se expressaria em três propriedades presentes em todas as sociedades antrópicas e que, por isso, seriam universais:

- a) o poder de criar regras sociais e organizar a vida coletiva através delas;
- b) a noção de reciprocidade, “a forma mais imediata em que possa ser integrada a oposição entre o eu e o outro” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 123);
- c) o dom da dádiva, através da troca simbólica, como forma de estabelecer ou reforçar laços sociais de amizade.

Então, qual seria o papel do inconsciente na elaboração cultural? Para Lévi-Strauss, o inconsciente teria um papel fundamental na efetivação dessa função, pois seria o instrumento mental que ordenaria tanto as percepções sensoriais apreendidas pela mente quanto o fluxo de nossas experiências vividas, dando-lhes uma elaboração lógica e uma significação inteligível. Com isso, os fatos humanos e a realidade assumem uma forma estruturada, isto é, de um sistema que concede sentido a cada coisa ou ato pela posição ou função que estes ocupam na sociedade. Uma estrutura é, pois, uma totalidade organizada dotada de sentido. Sendo assim, os universais da cultura derivariam de uma estrutura inconsciente inerente à natureza humana, ou seja, da capacidade inata do cérebro humano para ordenar logicamente o mundo, ou seja, estruturá-lo. Assim, quando Lévi-Strauss investiga o espírito humano ele está procurando compreender os aspectos estruturais do inconsciente. Com efeito, ele sustenta que toda realidade sociocultural (língua, parentesco, religião, economia) estaria estruturada, ainda que nem sempre os homens tenham consciência disso, já que tais estruturas, embora reais ao nível do empírico, seriam inconscientes:

Ora, sabe-se que, na maioria dos povos primitivos, é muito difícil obter uma justificação moral, ou uma explicação racional, de um costume ou de uma instituição: o indígena interrogado se contenta em responder que as coisas foram

sempre assim, que tal foi a ordem dos deuses, ou o ensinamento dos ancestrais. Mesmo quando se encontram interpretações, estas têm sempre o caráter de racionalizações ou elaborações secundárias: não há dúvida alguma de que as razões inconscientes pelas quais se pratica um costume, se partilha uma crença, estão bastante afastadas das razões que se invoca para justificá-la (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 34).

Neste caso, deve-se procurar a objetividade do inconsciente por baixo da subjetividade da consciência, pois como a mente humana é ontologicamente a mesma para toda humanidade, as práticas culturais e as formas de organização social dos diversos povos são somente variações estruturais possíveis das leis fundamentais que regem o psiquismo humano:

Se, como cremos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados – [...] – é preciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente, de estender bastante a análise (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 37).

A prova disso estaria na existência de traços culturais semelhantes em diversas sociedades humanas, ressaltando o autor, porém, que os universais da cultura não se manifestam no nível dos fenômenos reais, isto é, no âmbito dos fatos concretos, mas no nível abstrato da estrutura. Isto porque, conforme dito mais acima, uma das características essenciais da natureza humana seria a capacidade de estruturar mentalmente a realidade física e social, possibilitando a formação e organização das sociedades e a vida cultural. Por isso Lévi-Strauss acredita que as diversas manifestações culturais dos diferentes povos – em que pese suas variações formais e de conteúdo – no fundo seriam apenas variações superficiais e irrelevantes de modelos estruturais inconscientes produzidos pela capacidade criativa do cérebro. Dizendo de outro modo, as regras e normas culturais se expressam de diversas maneiras, mas não passam de variações possíveis sobre o mesmo tema. Conseqüentemente, as estruturas sociais e suas relações evidenciam, em suas diferentes manifestações particulares, isto é, enquanto fatos empíricos situados no tempo e no espaço, processos mentais universais derivados da

estrutura inconsciente do espírito humano: “somos levados a conceber as estruturas sociais como objetos independentes da consciência que os homens (cuja existência, contudo, elas regulamentam) têm delas” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 142). Segue-se, assim, que as estruturas mentais inconscientes seriam universais e estariam por trás de todas as culturas, sendo tais estruturas, em última instância, as responsáveis pelas formas particulares de organização sociocultural assumidas em cada sociedade.

A recorrência de regras e costumes culturais estruturalmente idênticos em sociedades diferentes comprovaria a existência de leis gerais psíquicas subjacentes, ainda que ocultas. Como Lévi-Strauss acredita que a presença de regras culturais para ordenar a vida social é uma característica intrínseca do ser humano, o único critério válido para distinguir o que é cultural do que é natural é a presença ou ausência de regras. Onde existem regras (variáveis e mutáveis) existe cultura, onde há comportamentos universais e inalteráveis (biológicos) está-se sob o domínio da natureza. Sendo assim, para ele, o tabu do incesto teria sido a primeira regra a conformar o comportamento humano. A proibição das relações incestuosas foi o primeiro e talvez o mais forte impacto causado pela cultura sobre a vida erótica do ser humano, pois, da mesma forma que Freud, Lévi-Strauss acredita que existe uma inter-relação entre a tendência que a cultura tem em restringir a sexualidade humana com a tendência em construir uma sociedade estruturalmente organizada. A proibição do incesto é assim uma síntese privilegiada entre natureza e cultura, pois permite que se opere a passagem entre essas duas ordens. O problema, então, não é entender como o tabu do incesto ocorre nesta ou naquela sociedade específica, mas investigar como e porque ele se faz presente estruturalmente em todas as culturas humanas.

De tudo o que foi dito, concluímos que embora o conteúdo formal das regras sociais mude de cultura para cultura, o fato inelutável é que todas as sociedades possuem regras sociais estruturadas: podendo variar o que é tabu, incesto, bom ou ruim, normal ou anormal, certo ou errado etc., mas tratam-se apenas de variações empíricas de modelos estruturais inconscientes. Até porque se de um lado é verdade que a mente opera inconscientemente para produzir uma gama variada de regras e costumes, por outro lado a estrutura destes – a maneira como se sistematizam e as formas que adquirem – é limitada pela própria mente humana.

Para finalizar, podemos afirmar que Freud acredita que, para existir sociedade organizada, o inconsciente precisa ser coibido, pois como componente libidinal da personalidade e fonte de impulsos instintivos desenfreados precisa ser recalçado pelo superego através das regras morais, por meio das quais inclusive é sublimado imperfeitamente em forma de atividades e realizações socioculturais. Já em Lévi-Strauss, o inconsciente tem um papel mais ativo, sendo a parte da mente humana que ordena de maneira lógica a realidade física e social, organizando a sociedade e conferindo significados às regras e costumes para que a vida coletiva funcione e reproduza relações sociais derivadas de um modelo estrutural inconsciente. Essas seriam, de maneira bem esquemática e simplificada, as funções do inconsciente na estruturação da vida sociocultural para esses dois autores.

NOTA

- 1 É indubitável que existe no homem uma forte inclinação para a agressividade, o que ameaça permanentemente a sociedade de desintegração, daí porque “a civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle” (FREUD, 1997, p. 68).

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.
- ESTEVAM, C. *Freud: vida e obra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- HAAR, M. *Introdução à psicanálise: Freud*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- HERRMANN, F. *O que é psicanálise*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LEACH, E. *As idéias de Lévi-Strauss*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARTIN HEIDEGGER E A LINGUAGEM NA ERA DA TÉCNICA¹

Ricardo Corrêa de Araújo

Faculdades Integradas Espírito-Santenses/FAESA

INTRODUÇÃO

A obra tardia, isto é, aquela desenvolvida a partir dos anos cinquenta, do pensador alemão Martin Heidegger é profundamente marcada por dois grandes temas: a técnica e a linguagem. Em geral, estas questões são abordadas em textos mais curtos, como conferências e ensaios, em que são tratadas separadamente, como ocorre, por exemplo, no texto “A questão da técnica” e na coletânea de ensaios “A caminho da linguagem”. Todavia, em pelo menos um texto², Heidegger faz uma tentativa de relacionar tais questões explicitamente. A relativa raridade de tal tentativa e a riqueza do texto mencionado são os fatores que nos levaram a tentar acompanhar o esforço de pensamento que ele testemunha, na busca de compreender “[...] aquilo que hoje é” (p. 28).

Embora o texto heideggeriano dirija-se a um público de professores de escolas profissionalizantes, por conseguinte, de pessoas que não estão habituadas à lida com as questões filosóficas, o que poderia dar a falsa impressão de que seria necessária uma espécie de “simplificação” para atingir tal auditório, ele começa de forma a desfazer imediatamente tal impressão e a não deixar dúvidas quanto àquilo que sustenta a exposição. Suas primeiras palavras soam: “O estado de coisas que está na base deste tem [...]” (p. 27). Então, o que será dito diz respeito, no fundo, àquilo que é, ao estado de coisas, isto é: “[...] aquilo que nos diz respeito, nos ameaça e que oprime nossa existência” (p. 28). De fato, todo o texto caminha em um sentido que remonta do tema explícito proposto (a relação entre duas formas de linguagem: tradicional e técnica) para aquilo que subjaz a ele (aquilo que hoje é: o “estado de coisas”). Isto parece significar que o caminho seguido pelo texto é apenas um meio para atingir o fim proposto. Ora, mesmo se assim fosse, caso tal pensamento ainda comportasse o esquema meio-fim, não se trataria de um fim qualquer, arbitrariamente